

Espaço

Jacques Lévy e Michel Lussault

Espaço

Jacques Lévy e Michel Lussault¹

A. Uma das dimensões da sociedade, correspondendo ao conjunto de relações que a distância estabelece entre diferentes realidades.

B. Objeto social definido por sua dimensão espacial. Um espaço se caracteriza no mínimo por três atributos: a métrica, a escala, a substância. Uma realidade espacial é frequentemente híbrida, ao mesmo tempo material, imaterial e ideal.

A. O espaço é um conceito árduo, difícil de abordar. Talvez essa dificuldade explique o silêncio de boa parte dos geógrafos diante dessa palavra-maná (*termo milagroso*), e também a relutância em se dedicar ao trabalho de aprofundamento teórico de seu significado, assim como a escolha em se manter na quietude segura da ideia que a expressão “espaço geográfico” designa um conjunto cognitivo estável, claro, que se impõe a todos. Essa indolência explica em parte, mas não justifica a desenvoltura corrente nas outras ciências sociais em relação à noção de espaço, os diversos significados metafóricos que se embarçam, desordenadamente, com as categorias filosóficas e com os conceitos surgidos de diferentes domínios científicos.

Uma renovação incompleta: como se sabe, a partir dos anos 1960-1970, alguns geógrafos tentaram, pouco a pouco, denunciar esse *ensurdecedor mutismo* da geografia. Os pesquisadores, que na França tentaram sair do impasse em que se compraziam os zeladores da geografia clássica, aderiram principalmente a cinco correntes. Não se trata de escolas irreduzíveis, mas de programas de pesquisa no sentido de Imre Lakatos, unidos por uma mesma rejeição à geografia vidaliana e à hipóstase² da geomorfologia que se completavam, nutrindo-se mutuamente:

I. O paradigma da produção do espaço;

II. A análise espacial;

III. O sistemismo;

IV. O espaço vivido e as representações;

¹ Do original: Lévy, Jacques e Lussault, Michel. Espace. IN : **Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés**. Paris: Belin, 2003. p. 325-333. Tradução de trabalho feita por Mônica Balestrin Nunes, com revisão feita por Jaime Oliva.

² Uma realidade parcial que se insinua como realidade absoluta.

V. A análise do território e das territorialidades.

Cada um desses programas contribuiu para renovar a geografia e para nela infundir numerosos aportes de disciplinas próximas - economia, sociologia - ou mais distantes - psicologia, ciências. Essas correntes, cada uma à sua maneira, partem da constatação do caráter problemático do espaço, da incerteza de sua definição tradicional, mas, em seguida, deslocam o foco em direção a outro campo que não o espaço propriamente dito e, assim, reatualizavam, de alguma forma, a omissão do objeto.

Esquemáticamente:

1. Para os “*produccionistas*”, o espaço desaparece sob o processo de produção;
2. A análise espacial reduz o espaço a um conjunto de posições geométricas interligadas;
3. A visão sistêmica enfraquece a presença do espaço, centrando sua atenção sobre a lógica do sistema;
4. Os trabalhos dedicados ao espaço vivido o mascaram ao sondar a profundidade da “*percepção*”, da apropriação e da representação mental;
5. Os estudos territoriais restringem o espaço ao simples papel de “*extensão-suporte*”, para se dedicar à análise das ideologias, das memórias, dos símbolos, de todas as coisas que constituiriam a “*mais-valia*” do território em relação ao espaço.

Na maioria dos casos, então, ao mesmo tempo se atribui ao espaço uma importância primordial, uma vez que ele justifica o exercício intelectual, e um estatuto secundário, uma vez que ele seria apenas um pano de fundo, talvez um reflexo e/ou um suporte. Ultrapassar esse paradoxo supõe dar sentido ao conceito de espaço, mas também ter consciência de alguns entraves.

Entre estes, convém notar aquele que consiste em enunciar definições vazias de sentido, que neutralizam a reflexão (porque são muito gerais ou muito esquemáticas), propondo evidências simplificadas e falsas, que nada mais são que truísmos³. Assim, há apresentações do espaço como “porção de uma extensão”, “conjunto de extensões”, ou mesmo, na falta de uma caracterização forte e precisa, “espaçamento”, para ficar nas mais correntes.

O exemplo maior é a definição clássica da disciplina - que se pode observar, em versões com poucas variações, em numerosas obras geográficas de base: a geografia é a ciência do espaço geográfico (ou da organização do espaço); o caráter redundante dessa frase é redobrado por aquela que, em geral, a completa: *o espaço geográfico é o objeto*

³ Proposição que não merece ser enunciada, porque é demasiada evidente, ou até inutilmente tautológica.

da geografia. Às vezes, afirmava-se (afirma-se) uma variante: o espaço geográfico é o espaço dos homens sobre a Terra, mais tautológico ainda, e, entretanto, ambíguo. Tais afirmações tiveram (e têm) valor de axioma⁴ para muitos geógrafos ao mesmo tempo em que constituíam - e ainda constituem - o *substratum* daquilo que o senso comum apreende da disciplina. Eis o que permitiu à geografia desdobrar-se se cristalizando em torno de um ponto nodal, o espaço, cuja estabilidade semântica e epistemológica dissimulava um “não-pensar”.

Contrariamente a esses caminhos, é essencial afirmar a vontade de fundar o conceito de espaço em torno de uma série de axiomas fundadores de uma megateoria: a do espaço como componente multidimensional da sociedade. Isto supõe de início, ter claro o que se pode chamar de categoria filosófica do espaço, a saber: o conjunto das ideias sobre o espaço, que pode ser partilhado entre todas as disciplinas científicas e, além disso, entre todas as práticas com componentes cognitivos (tecnologias, artes, mundo vivido etc) que implicam, de uma maneira ou de outra, uma espacialidade.

Uma categoria filosófica: a reflexão filosófica sobre o espaço foi, no conjunto, mais pobre que aquela sobre o tempo, seu elemento simétrico, e que se impõe mais frequentemente. A contradição entre o tempo finito do indivíduo e o tempo infinito do mundo foi, por muito tempo, a questão central da metafísica ocidental. Enquanto o espaço apresentava-se pouco propício ao exercício da liberdade humana nas sociedades rurais fixadas ao solo, assim como se encontrava fragmentado em subconjuntos múltiplos (medida do planeta, conquista militar, administração, produção...), o que não permitia uma unificação do conceito. Até a metade do século XX, o espaço permaneceu num meio-termo, com regras materiais insuficientemente radicais para romper a fraqueza ontológica do Homem e suas margens de liberdade estreitas, de modo a justificar uma postura *prometéica*. O surgimento da categoria do espaço é, portanto, feito de modo transversal, como por acaso, sem que a maioria dos grandes sistemas filosóficos a coloquem numa posição central. Entretanto, mais na filosofia dos séculos XVII e XVIII do que nos gregos, houve um debate sobre uma pluralidade de abordagens, dominadas pelas figuras de Descartes, Leibniz, Newton, Berkeley, Locke e Kant, que foram revisitadas e relançadas pelos desenvolvimentos perturbadores da física no século XX.

O quadro seguinte resume a “oferta acumulada” disponível:

⁴ Premissa considerada evidente e admitida como verdadeira sem demonstração por todos os que lhe compreendem o sentido.

<i>A CATEGORIA ESPAÇO: QUATRO ABORDAGENS</i>		
	Posicional	Relacional
Absoluto	De Platão a Newton “ <i>Geografia Clássica</i> ”	Berkeley “ <i>Geografia cultural</i> ”
Relativo	Descartes “ <i>Análise Espacial</i> ”	Leibniz “ <i>Geografia, ciência social do espaço</i> ”

O princípio da classificação consiste em cruzar duas duplas de oposições. O primeiro, *Absoluto/Relativo* diz respeito à existência de um postulado (o de Absoluto) no qual se afirma a existência do espaço independentemente das realidades que nele se desdobram. A ideia de um espaço absoluto supõe a existência de um substrato intangível no qual toda repartição se inscreve e é determinada. Em Newton (como, aliás, na tradição cosmológica ocidental até a chegada física relativista) existe uma ordem intangível resultante da lei da gravidade que define os astros em suas posições. Os recursos e os limites do aparelho sensorial do ser humano podem também constituir, para George Berkeley, o princípio desse substrato. Se ele é, ao contrário, relativo, o espaço depende na sua própria realidade dos objetos que ali se encontram. A metáfora conteúdo/continente perde sua pertinência. Para Descartes, são as características geométricas de uma realidade única (a “substância estendida”) que fornece o fundamento dessa espacialidade; para Leibniz, os objetos espacializados entram, por meio de suas relações, na construção do espaço⁵.

O outro princípio da classificação (*Posicional/Relacional*) diz respeito às ligações existentes entre as realidades espaciais⁶. A *abordagem posicional* define um sistema de posições independente da natureza dos objetos envolvidos, que são submetidos em razão de suas características de massa (Newton) ou de forma (Descartes), a uma dada localização no sistema. Em contrapartida, *o ponto de vista relacional* se interessa pela relação que os operadores espaciais têm uns com os outros, em função de uma lógica precisa (Berkeley) ou de um número indeterminado de lógicas que os animam (Leibniz).

Dispomos, portanto, de quatro casos que definem pontos de vista filosóficos, que as ciências valorizaram mais ou menos nas suas epistemologias e suas teorias. Trata-se de

⁵ Constituem o espaço.

⁶ Situadas no espaço, seja ele entendido como absoluto ou relativo.

um resumo esquemático. Assim, no caso *posicional-absoluto*, a concepção newtoniana, já parcialmente racional mantém, mas até certo ponto, as concepções de Platão e Aristóteles, produzidas num quadro menos comparável aos três outros autores citados. Entretanto, pode-se utilizar esse quadro para classificar as grandes opções exploradas no decorrer da história da geografia e das ciências que tratam do espaço das sociedades. A “geografia clássica” está ancorada em uma concepção de espaço por vezes absoluta (é a função do espaço físico, chamado “condições geográficas”) e posicional (os “países” ou as “regiões” são, essencialmente, senão totalmente, independentes uns dos outros, mais situados num espaço do que produtores do espaço). Como condição de reduzir à sua vertente culturalista⁷, ou seja, refratária à historicidade, a “geografia cultural” situa-se no caso *absoluto* em todas as escalas; a configuração das culturas é *fixa - relacional* (o espaço é construído pelas relações estruturais entre instâncias sociais). A *new geography* positivista, uma boa parte da corrente da análise espacial ou ainda os adeptos das “leis gerais do espaço” se estabelecem no cruzamento *relativo-posicional*: o espaço é relativo a arranjos variáveis, mas trata-se de um jogo de forças e de formas (como com o modelo gravitacional, “traduzido” no caso acima), no qual o conteúdo, pouco dinâmico, está circunscrito (submetido) aos atributos dados de início. No caso do espaço - tal como ele tende a se desenvolver na geografia e nas ciências sociais contemporâneas, as realidades espacializadas organizam o espaço pelas relações portadas pelos atores e o definem pelo seu movimento, na ação.

Pode-se, portanto, ler a história da categoria espaço e de suas aplicações científicas como um trajeto diagonal: do absoluto-posicional ao relativo-relacional passando, com paradas mais ou menos produtivas, nos outros dois casos. O ponto de partida faz parte de uma concepção de mundo na qual o espaço não aparece enquanto tal e constitui, quando muito, a expressão formal, material ou visível de um Todo intocável que fixa cada coisa em seu lugar. O ponto de chegada representa o espaço como uma grande quantidade de espacialidades indissociáveis - em cada realidade - de seus outros componentes e permeando-os por relações que não são predeterminadas. Entre os dois, as abordagens sensualistas ou geométricas tentam, em vão, ancorar os atributos espaciais sobre bases externas: às características prévias do ser humano (sensualistas - culturalistas) ou uma ordem matemática superior (geométricas). Essas três tentativas podem no fim das contas ser reinseridas num processo reconstrutivo. Augustin Berque (2000) mostrou o interesse

⁷ Culturalismo radical: as ideias de cultura, de cultivar, de invasão externa, de violação da cultural local e ou nacional, dão uma visão desse anti-historicismo. (Nota do revisor)

da *chora* (em oposição ao *topos*) como totalidade de interações espaciais unificada na política. O espacialismo geométrico de Descartes tem sentido como caso particular de um esforço sempre presente de formalização dos espaços no qual a geometria euclidiana é apenas uma das possibilidades ao lado de outras geometrias da topologia, dos fractais, etc. No caso, deve-se admitir que essa formalização só pode vir secundariamente como ferramenta para tratar e manejar as realidades tendo, em relação ao domínio ao qual elas pertencem, suas lógicas próprias. Enfim, a consideração, pela fenomenologia e as ciências cognitivas do instrumental sensorial e dos esquemas, aí incluídos os inatos, de apreensão do mundo exterior, torna-se uma entrada fundamental na análise das práticas e das identidades individuais e do que isto significa para os seres humanos: a consciência possível de uma espacialidade.

A superioridade da abordagem *relativa-relacional*, portanto, se mede ao mesmo tempo pelas suas qualidades intrínsecas, que lhe permitem inserir o espaço como dimensão de um universo complexo, e pela sua capacidade de reintegrar a parte mais estimulante de outras abordagens.

Um conceito para a geografia e as outras ciências do homem. Observa-se que esta discussão filosófica se encontra no centro dos debates científicos sobre o espaço das sociedades mesmo que (e, sobretudo) ele não esteja explicitado, e seja até mesmo deliberadamente ignorado, em nome da autonomia da ciência. A opção em favor de um espaço leibniziano, ou seja, ao mesmo tempo *relativo e relacional*, constitui um ato com consequências sobre a problematização do espaço dos homens. Isto torna possível uma abordagem dimensional, apropriada para fazer do espaço um veículo para percorrer o conjunto dos fatos sociais e ao mesmo tempo, recusar em transformá-lo num “território”, fechado e auto-suficiente: é a ideia da “substância”, ou seja, da necessária caracterização de todo espaço pelas dimensões não-espaciais, de maneira totalmente simétrica à que se produz (ou se devia produzir) nas outras dimensões: aquilo que não se pensa como evento ou como *durée* interessa a história; o que não é mercadoria concerne à ciência econômica e isto se dá não como realidade exterior decorativa, mas como componente dos objetos estudados.

O espaço, portanto, existe, mas não exclusivamente. Este enunciado se desdobra em duas proposições fundadoras:

- O espaço é um objeto consistente e pertinente de análise. Contra os idealismos que fazem parecer que o real é uma ilusão relativa e contra os materialismos que

reconhecem a existência apenas das coisas materiais e não das suas relações, é necessário primeiramente, afirmar o princípio da *realidade* do espaço - que decorre da existência de um real complexo.

- Para tanto, não se poderia aceitar a menor derivação espacialista. O espaço não pode ser concebido como um objeto em si absoluto, no qual os princípios de organização e as leis da evolução apenas deveriam ser buscados e encontrados somente nele, excluindo-se todo o resto.

Essa lembrança parece indispensável, pois a geografia foi historicamente (e continua) atraída pelo espacialismo, espacialismo que se encontra aliás, no senso comum, onde é frequente se constatar o lugar “destacado” do espaço em relação às outras dimensões da sociedade. A geografia francesa sofreu por muito tempo de um *déficit* resultante da ausência de “um levar em conta” uma verdadeira teoria geral da sociedade, única passível de colocar em evidência o lugar e o papel do espaço dentro da mesma sociedade. Isso significaria tanto o abandono dos postulados clássicos que revestiam a disciplina como uma ciência natural dos espaços humanizados, quanto evitaria a retomada das teses espacialistas, todas mais ou menos marcadas pelo neopositivismo e que pouco a pouco confinaram a sociedade à margem do discurso geográfico. O geógrafo não deve economizar na enunciação de um discurso coerente e não redutor da sociedade e de suas lógicas, pois isso constitui um requisito de todo pensamento teórico e conceitualizante do espaço como dimensão societal.

Isto posto, pode-se chegar ao enunciado de algumas proposições que permitirão evidenciar uma teoria global do espaço das sociedades.

1. Uma definição de espaço centrada nas relações sociais de distância conduz a correlações que permitem a reapropriação de noções muito clássicas, mas frequentemente confusas nas suas definições e usos. A dupla *lugar/área* se impõe, integrando os lugares por meio da noção de copresença, como um tipo particular de espaço e não como antítese da espacialidade. Esse processo leva a definir situações-limite: enclave (distância infinita) e ubiquidade (distância eliminada), que servem de referência para a análise do modo pelo qual os problemas de distância são gerados pelos homens e pelas sociedades: três grandes conjuntos técnicos podem ser reunidos e resumem as diferentes ações humanas desde o Neolítico: copresença, mobilidade e telecomunicação, com uma grande diversidade de combinações “competitivas”, isto é,

colocando cada um desses conjuntos ao mesmo tempo em concorrência e em complementaridade com os outros dois. Essas classificações, estruturantes para a pesquisa sobre objetos mais concretos derivam, por dedução, da definição inicial.

2. Pode-se em seguida desenvolver os diferentes aspectos da definição para extrair dela vantagens em matéria de pesquisa. Assim, pode-se partir da proposição segundo a qual a sociedade forma um *Todo sistêmico* que constitui um objeto de pesquisa específico reservado às ciências sociais. Esse *Todo* não se organiza segundo uma lógica “particional”⁸ - nessa, a sociedade seria divisível em frações quase autônomas, justapondo-se objetos de diferentes matérias que poderiam assim se voltar cada uma para si mesmas: o espaço para a geografia, o social para a sociologia, o tempo para a história, etc. Reconhece-se aqui a divisão clássica das disciplinas, na qual não se ignora a permanente reivindicação de autonomia e singularidade, porque a concepção de divisão foi e continua dominante no universo das ciências sociais; o espacialismo é o preço, para a geografia, desta colocação epistemológica, mas sabe-se também dos prejuízos do historicismo, do sociologismo, do economismo... Além disso, essa lógica [particional] permite fundar e manter a ilusão de que existe uma parte dominante na organização e no funcionamento da sociedade - e assim validar as pretensões imperialistas de certas disciplinas⁹ - as outras partes se tornando *ipso facto* residuais [ou mediações], porque elas são portadoras dos fenômenos sob o corte das instâncias superiores que agem sobre elas.

Contra esta visão particional, postular-se-á que a configuração da sociedade é “dimensional”. Toda sociedade se organiza na articulação das dimensões, notadamente a econômica, a temporal, a individual. A afirmação de uma dimensão espacial decorre de uma constatação empírica: a do papel fundamental do espaço na vida dos homens, que resulta do fato que há a distância entre os objetos da sociedade. Em face dessa distância e dos problemas e da problemática que ela levanta, os operadores sociais constroem, em função do contexto societário, estratégias, atos, ideologias, tecnologias, saberes. A geografia se ocupa em pensar estas estratégias, estes atos, estes saberes, estas ideologias, estas tecnologias e seus contextos de construção e de atualização e, não apenas em constatar a existência das distâncias. Estas não são redutíveis¹⁰ a intervalos ou espaçamentos. As geografias do espaçamento agem sempre numa simples aproximação de

⁸ E ou parcelar.

⁹ Caso exemplar da economia política e da economia propriamente dita.

¹⁰ Traduzíveis como.

medida de posições, numa topografia ou topologia dos objetos da sociedade, o que é algo interessante, mas insuficiente.

Analisar plenamente as distâncias e os jogos dos operadores consiste em abordar o espaço como o conjunto de relações espaciais, sob suas formas materiais, imateriais e ideais, estabelecidas por uma sociedade em um dado momento entre todos os objetos societários distintos - sendo os indivíduos constituindo, é claro, os objetos da sociedade. Os atores, assim, não apenas colocam os objetos em pontos da extensão¹¹: eles constroem contextualmente os arranjos espaciais (chamados a evoluir com o tempo, pois o espaço é marcado pela sua historicidade, e não é, portanto, uma substância imutável) que expressam suas estratégias e seus usos das tecnologias das distâncias, tecnologias socialmente construídas.

Cada dimensão atravessa a sociedade de parte a parte, e sua associação não é hierárquica, nenhuma predomina sobre a outra. Assim, o espaço é societário de parte a parte, assim como a sociedade é espacial de uma ponta a outra, mas não exclusivamente (porque ela é ao mesmo tempo temporal, social, política, etc.). O espaço se constitui, portanto, como um subsistema do *Todo*, *Todo* que reside *também* na parte: vale dizer que a dimensão espacial, objeto da geografia, contém todas as outras, da mesma forma que o espaço se inscreve em todas as outras. Daí a expressão proposta: *dimensão multidimensional* para significar que o espaço entra *por inteiro* na sociedade que se encaixa *por inteiro* no espaço - fórmula que pode ser transposta a todas as outras dimensões.

Da afirmação da presença do *Todo* - a sociedade multidimensional - na parte - a dimensão espacial multidimensional - decorre o fato de que a ideia de um objeto da sociedade não-espacial, como aquela de um objeto espacial unicamente espacial, sem nenhuma substância societária, é uma aporia¹², o que deveria nos levar a renunciar à forma adjetival: sócio-espacial, pleonástica, uma vez que toda a sociedade (portanto o social) está *no* espaço. A ideia fundamental do caráter ectoplásmico das coisas societárias sem sua dimensão espacial nos incita a refletir no fato de que o espaço, e, sobretudo sua parte material, constitui o que se denominará um *princípio de realidade societária*. Por suas espacialidades, de uma variedade infinita, as substâncias societárias tornam-se visíveis, sua existência se cristaliza: falar do espaço é evocar o *regime de visibilidade* das substâncias societárias.

¹¹ Para Leibniz o espaço é a trama que se constrói sobre uma extensão.

¹² Uma dificuldade do raciocínio.

A concepção multidimensional expõe o pesquisador ao confronto com uma organização societária muito complexa, e à “complexidade cumulativa” que clama necessariamente por disciplinas bem preparadas para afrontá-la; sobretudo a necessidade, para cada especialidade dedicada a uma dimensão, de pensar os jogos das outras dimensões na sua, se afirma imperiosamente. Tal imperativo invalida toda pretensão de construir cidadelas disciplinares e justifica epistemologicamente a abertura cognitiva.

Precisões ainda que, ao se colocar numa perspectiva de análise sistêmica da sociedade, convém subscrever ao princípio hologramático, bem analisado por Edgar Morin. Sabe-se que “*num holograma físico, o menor ponto da imagem do holograma contém a quase totalidade da informação do objeto representado*” (Morin, 1990, p.100). Logo, admitindo-se que o homem constitui a menor parte da sociedade, é preciso inferir que a totalidade da sociedade é potencialmente *presente* no indivíduo. Da mesma forma, pode-se deduzir que a escala do espaço mais tênue onde se poderá perceber uma sociedade multidimensional completa (o *local*) contém a integralidade das lógicas da dimensão espacial da sociedade em questão. Reconhecer-se-á que estes dois enunciados têm o poder de modificar muito seriamente nossos modos de apreensão dos objetos de pesquisa, sobretudo no que toca à clássica visão que os geógrafos têm de “encaixe” e das hierarquias das escalas. Obter-se-á disso um fundamento heurístico para o processo axiológico que procura contemplar o *indivíduo agente* e seus valores enquanto ele constrói uma espacialidade específica e plural: neste quadro, as duas proposições anteriormente citadas adquirem toda sua importância e o geógrafo se focaliza nas múltiplas escalas (do micro, do íntimo ao macro planetário) de espaços individuais, desses arranjos práticos ricos de toda a complexidade da ordem multidimensional da sociedade.

Se esta configuração dimensional constitui um esquema de identificação da estruturação de toda sociedade, quais sejam o espaço e o tempo, sua ordem não é estável na história e nem sob todas as latitudes. Apenas o princípio dimensional é *perene*, quanto ao estado da configuração formada por uma sociedade em um momento preciso de seu curso - vale dizer, ao mesmo tempo as estruturas e o conteúdo das diferentes dimensões e os registros das interações dimensionais - é bem específico segundo o momento histórico e a região.

3. Para completar a grade de leitura da organização da sociedade em geral e da dimensão espacial em particular, resta afirmar um princípio-chave: todo fenômeno societário - e logo todo objeto espacial- procede de um diálogo complexo entre a esfera ideal na sua

infinita variedade (a esfera das ideias, dos pensamentos, das linguagens) e a esfera material na sua diversidade de substâncias, de objetos e de arranjos. Existe uma tensão dinâmica entre idealidade(s) e materialidade(s), e o seu reconhecimento permite tanto refutar a redução materialista e o conhecimento truncado do espaço que ela sustenta, como a derivação do puro idealismo, prejudicial ao plano científico que substitui uma análise que leva em conta o jogo interativo das duas esferas.

Esta concepção tira radicalmente o geógrafo do terreno que foi até pouco tempo, seu domínio: aquele dos únicos dados “concretos”, “objetivos”. Entretanto, este caminho não parece ser o da perda do sentido da disciplina, mas, ao contrário, de uma superação dos limites tradicionais que haviam sido fixados e da construção de uma nova pertinência.

Sem dúvida, o espaço é, por um lado, material e abastece a sociedade do peso das coisas na variedade de seus arranjos espaciais. Se ele é bem produzido, isto não passa de um traço, de um efeito límpido de causas que sozinhas importariam. O espaço construído e reconstruído, recheado de sentido pelos produtores que nele projetam o pensamento, que nele inscrevem e gravam os signos de mundos de valores aos quais eles aderem, seja esta operação explícita ou não, consciente ou não, se socializa, além disso, pela prática cotidiana. Enquanto tal, ele possui uma eficácia própria no mundo social, porque ele se oferece como material de toda ação futura.

O homem não escapa nunca da relação física do espaço, particularmente quando este se apresenta na perfeição de um *topos* memorável, rural ou citadino. O material, em sua diversidade de origens, de substâncias e de arranjos, em suas diferentes escalas é, portanto, ao mesmo tempo instituído e instituidor. Entretanto, esta relação do homem com o espaço concreto é um processo cultural, uma informação da matéria pela semi-esfera. Consubstancialmente à sua dimensão material, o espaço é dotado de uma dimensão ideal, que não se revela mais leve ou superestrutural que a da materialidade. É este componente que se pode tentar abarcar apreendendo dele as representações espaciais (conhecimento, atitudes, valores, ideologias dos indivíduos), que lhes servem ao mesmo tempo para compreender e justificar suas posições e suas estratégias e para agir.

Eis o que dá ao espaço outro estatuto nas análises geográficas: não se trata mais de lhe conferir características morfológicas e estruturais, de saturá-lo projetando nele as grades normatizadas das categorias e conceitos geográficos, mas sim, de levar em conta os operadores e suas ações sobre, pelo, e para o espaço, e os efeitos políticos, sociais, espaciais, desses atos.

O mapa é um bom exemplo de objeto híbrido: ele é uma representação do espaço fixo na matéria e constitui em si mesmo um espaço próprio, suporte de usos específicos.

Este se situa na micro-escala, mas na interespecialidade via mapa e linguagens com outros níveis escalares, pode nutrir outras práticas de espaço (um deslocamento, um projeto urbano, um evento, a produção de novos documentos gráficos) e vários imaginários. Este exemplo, tomado dentre os objetos espaciais que os geógrafos mais utilizaram e naturalizaram, mostra bem toda a complexidade do menor fenômeno que implica uma relação com o espaço. Evidentemente, uma paisagem, uma forma urbana, são marcadas pelo hibridismo do mesmo modo que um imaginário ou uma ideologia espacial não são concebíveis sem a relação com a matéria organizada que sustenta sua formação e que fixa seu engajamento pelos atores no mundo social.

Além disso, é preciso introduzir na reflexão outra hibridação que não recorta exatamente a precedente: aquela do material e do *imaterial*, esta última palavra recobrando o modo de existência de realidades das sociedades que - sem ser totalmente redutível a ideias, ao pensamento - não se manifestam sob a forma de objetos ou de arranjos materiais: trata-se aí principalmente do mundo da telecomunicação, do correio da Internet, e dos objetos que a eles estão ligados. Assim, as tecnologias digitais criam fenômenos que ao mesmo tempo são imateriais (os octetos não têm matéria), se estocam e se desdobram em objetos materiais, mas, sem se resumir a isto, expressam ideias, pensamentos, linguagens, e não se confundem com eles. O todo é cada vez mais presente no espaço e nos processos de sua organização.

B. Uma vez colocados estes grandes princípios, pode-se então aprofundar o outro aspecto do conceito de espaço. É assim possível afirmar que todo espaço, também elementar, se caracteriza por três atributos fundamentais: a escala, a métrica, a substância. A escala define o tamanho do espaço, a métrica a maneira de medir a distância no sentido do espaço restrito, a substância a dimensão não-espacial dos objetos espaciais, vale dizer, o que nós designamos acima enquanto presença de todas as outras dimensões do espaço. Nem a escala, nem a métrica, nem é claro, a substância, são invariáveis. As métricas são construções individuais e/ou sociais, da mesma forma que as escalas. Cada espaço, tendo-se em conta as substâncias sociais que ele distribui é, portanto, dotado ao menos de uma escala e de uma métrica postas e utilizadas contextualmente pelos atores.

Um espaço qualquer é, assim, um arranjo construído por operadores e que resulta da configuração específica da(s) escala(s), métrica(s) e substância(s). Está assim, disposto em certa organização o conjunto dos objetos da sociedade (indivíduos, grupos, coisas, ideias, etc.) coexistentes e que se relacionam. Esta abordagem permite discriminar cada espaço e indexá-lo nas *principais grandes espécies de espaço* que se pode conceber: o

lugar, a área, o território, a rede. Estes três atributos permitem definir um espaço mínimo, uma configuração (*corotipo*), enquanto que uma composição de *corotipos* define uma situação (*geotipo*). Enfim, os espaços assim definidos portam entre eles interações específicas, *as interespacialidades*, que se repartem em três famílias: a interface horizontal, a coespacialidade vertical, o encaixe interescalar.

Esta série de proposições tem o condão de pensar/classificar de modo eficaz a diversidade dos arranjos espaciais. Ela permite ao mesmo tempo, a generalização de todos os processos compreensivos teóricos e o reconhecimento da infinita variedade de aspectos de cada um destes tipos-ideais numa grande quantidade de espaços concebidos, percebidos, praticados pelos atores.